

Empresa indicada por Bolsonaro quer mudar regra eleitoral



O presidente Jair Bolsonaro em evento da Cúpula das Américas, em Los Angeles (EUA) Mike Blake/Reuters

Instituto indicado por Bolsonaro quer mudar regras de auditoria do TSE

Presidente já afirmou que o tribunal eleitoral pode se complicar; consultor do Instituto Voto Legal nega querer tumultuar eleições

Marianna Holanda e Mateus Vargas

BRASÍLIA O Instituto Voto Legal quer mudar regras do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) antes de realizar a auditoria e a fiscalização das eleições de 2022. A empresa foi indicada pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, para acompanhar a disputa, e é peça-chave do mandatário em sua estratégia de ataques ao sistema. Na linha golpista que tem adotado, Bolsonaro já disse, em tom de ameaça, que os resultados da análise da empresa podem complicar o TSE, se ficar constatado que é "impossível auditar o processo". O plano de trabalho entregue ao tribunal para credenciamento do instituto sugere alterar três artigos da resolução da corte sobre procedimentos de auditoria.

Um é a permissão para usar computadores portáteis conectados à internet. Pela regra atual, o trabalho deve ser realizado "em ambiente controlado, sem acesso à internet".

Também sugere que o TSE libere uso de produtos de "monitoramento da integridade dos arquivos e programas que compõem o sistema eleitoral". Esses programas, pelo plano, teriam poder de gravar dados sobre o "comportamento dos arquivos e programas".

O TSE hoje, veda registro de "dado ou função pelos programas de verificação" de entidades fiscalizadoras.

Quer ainda mudar regra que exige entrega do código fonte do programa usado na verificação dos sistemas eleitorais.

O PL ainda aguarda o TSE credenciar o Voto Legal. A documentação foi protocolada nesta semana. O tribunal exige "notória atuação em fiscalização e transparência da gestão pública" para autorizar uma entidade privada sem fins lucrativos, como o Voto Legal, a auditar as eleições.

O presidente do TSE, ministro Edson Fachin, dará a palavra final sobre o credenciamento, a partir de pareceres de áreas técnicas da corte.

O instituto escolhido por Bolsonaro foi aberto em 2021, ou seja, não prestou serviços em eleições anteriores.

No plano de trabalho, o grupo diz que a equipe de fiscalização "acumulou grande experiência profissional, em especial, no sistema eletrônico de votação brasileiro".

Ainda cita que o engenheiro Carlos Rocha, presidente do

instituto, "liderou as equipes que desenvolveram e fabricaram as urnas eletrônicas, para as eleições de 1996".

Segundo o relatório, o Voto Legal foi a única opção do entorno do presidente ao partido. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, resistia à proposta de auditar o pleito, mas aceitou para agradar Bolsonaro.

O processo deve custar em torno de R\$ 1,35 milhão à legenda. Se a empresa conseguir se credenciar junto ao TSE, o pagamento será feito com recursos da legenda fora do fundo partidário, para evitar questionamentos.

Rocha disse à Folha que as propostas de mudanças, mesmo que sejam desceadas, não são vitais para auditoria. E nega que a intenção seja tumultuar o pleito. "Agora, quem decide se vai fazer melhoria ou não é o TSE. Qual será a decisão técnica for aceita ou não? Não tenho a menor ideia, vai ser uma decisão do partido".

Para ele, a resolução do TSE parece voltada a trabalhos de verificação do código-fonte das urnas, o que estaria fora da atuação do plano de auditoria. "Para a fiscalização é necessário fazer registro dos eventos, avaliar como os equipamentos se comportam e identificar possíveis falhas de sistema ou tentativas de invasão", disse sobre o pedido de gravação dos dados.

No geral, a ideia do instituto é realizar serviços de "análise e diagnóstico do sistema eletrônico de votação" e recomendações para a "evolução do ambiente atual", segundo o plano de trabalho.

A bandeira de Rocha é a adoção de um documento eletrônico para cada voto, certificado pelo ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), como ele explicou em artigo publicado na Folha no ano passado.

O engenheiro também defende a utilização de um programa certificado pelo Inmetro nas urnas. Ele negou, entretanto, que vá declarar que o processo eleitoral é "inadotável" se o tribunal não alterar a resolução, como insistiu Bolsonaro. "Em vez de ir lá e gerar confronto, a gente disse: 'Olha, existem esses desafios. A gente gostaria de alinhar com o TSE, ser visto como alguém que está fazendo um trabalho construtivo'".

Também disse não temer que o relatório seja utilizado para alimentar questiona-

mentos de Bolsonaro. Reportagem da Folha mostrou que o PL só esteve presente em uma visita ao TSE desde 2021. Na ocasião, em dezembro, não houve nenhuma análise do código-fonte das urnas, apenas apresentações e esclarecimento de dúvidas.

O código-fonte de uma eletrônica está disponível para inspeção desde o último dia 4 de outubro na sede do TSE.

Militares se sentem desprestigiados pelo tribunal, diz Defesa

BRASÍLIA O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, apresentou nesta sexta-feira (10) uma réplica ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) na discussão sobre as eleições e disse que as Forças Armadas "não se sentem devidamente prestigiadas".

O documento rebate análise do tribunal que apontou erros de cálculos e confusões de conceitos ao rejeitar, em maio, sete propostas das militares de mudanças nos procedimentos das eleições.

Nogueira afirma que as propostas dos militares não foram discutidas tecnicamente. "Até o momento, reitero, as Forças Armadas não se sentem devidamente prestigiadas por atenderem ao honroso convite do TSE para integrar a CTE [Comissão de Transparência das Eleições]".

"Até o momento, não houve discussão técnica mencionada, não por parte das Forças Armadas, mas pelo TSE ter sinalizado que não pretende aprofundar a discussão", disse ainda o ministro.

Após a manifestação da Defesa, o tribunal afirmou em nota que "analisará todo o conteúdo remetido, realçando desde logo que todas as contribuições sempre são bem-vindas e que preza pelo diálogo institucional que prestigie os valores republicanos e a legalidade constitucional".

O TSE, conforme tem reafirmado o presidente Edson Fachin, tem trabalho de forma incessante para garantir eleições limpas, justas e seguras, em que o desejo da população, expresso por meio do voto, seja respeitado e cumprido dentro do estado democrático de direito. A Justiça Eleitoral está preparada para conduzir as eleições de 2022 com paz e segurança."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4